



CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RN

ATA DA 124ª REUNIÃO DO COSEMS/RN Reunião ordinária de setembro de 2008

1 A Centésima Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de
2 Secretários Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte – COSEMS/RN
3 teve início às 10 horas e 15 minutos do dia 17 de setembro de 2008 no
4 Auditório da Secretaria Municipal de Saúde do Natal, sob a presidência de
5 **Solane Maria Costa**. Após verificação do “quorum” regimentar exigido, a
6 **Presidenta** saudou o plenário, dando início aos trabalhos com a apreciação da
7 Ata da 123ª reunião ordinária de agosto de 2008, distribuída previamente aos
8 membros. A ata foi aprovada após a ressalva feita por **Solane Maria Costa**
9 solicitando que fizesse uma correção nas linhas 34 e 48 retirando a palavra
10 julho e acrescentando agosto e retirando a palavra vinte horas e acrescentando
11 quarenta horas respectivamente. **Divaneide Ferreira SMS de São Gonçalo**
12 solicitou que fosse acrescentada na linha 64 a frase: formação de nível médio.
13 Passou-se à seção de **Temas Ordem do Dia**. **Terezinha Rêgo, Secretária**
14 **Executiva do COSEMS/RN** falou a respeito dos recursos do PlanejaSUS que
15 foram pactuados na CIB/RN para operacionalização pela SESAP, no entanto,
16 até o presente momento, foi pouco executado, dado o grande peso burocrático
17 daquela Secretaria. Foi cobrada pelo Ministério da Saúde a agilidade nas ações
18 propostas com esse recurso, dada a publicação da Portaria GM/MS nº 1.885
19 de 09 de setembro de 2008, aprovando o repasse de novo incentivo financeiro
20 para o exercício 2008, no valor total de R\$ 635.850,00. Em virtude de não ter
21 sido possível essa agilidade, o COSEMS pleiteia realizar a execução a partir
22 de plano de trabalho elaborado conjuntamente com os gestores municipais a
23 ser executado por este colegiado. Esclareceu-se que essa modalidade de
24 aplicação, através de convênio entre Secretaria de Estado e COSEMS já é
25 relatada como experiência exitosa em outras localidades, a exemplo dos
26 Estados de Minas Gerais e Ceará. Dando continuidade **Solane Costa** cobrou a
27 data para conclusão da PPI, considerando a Portaria SAS/MS nº 517 de 15 de
28 setembro de 2008, definindo teto financeiro anual do MAC, correspondente à
29 SESAP e municípios do RN, considerando ainda, a Portaria GM/MS nº 1.919
30 de 11 de setembro de 2008, que estabelece recursos financeiros no montante
31 de R\$ 26.630.067,80 a ser incorporado ao teto financeiro anual do MAC do

32 RN. Ressaltou ainda, a Portaria GM/MS nº 1.920 de 11 de setembro de 2008,
33 que estabelece recursos a serem incorporados à rede de serviços de Alta
34 Complexidade em Oncologia, importando em R\$ 3.326.626,37. Em seguida,
35 **Terezinha Rêgo** ressaltou que não foi possível dar continuidade ao processo
36 de construção da PPI, uma vez que, não houve disponibilidade de agenda,
37 sobretudo dos componentes da SESAP, considerando também a falta de
38 interesse, manifestada pela não publicação da portaria que institui o grupo
39 condutor desse processo. Na ocasião, **Divaneide Ferreira** falou da
40 preocupação com relação à veiculação de matéria em jornais locais, referente
41 aos R\$ 33 milhões que foram destinados para a saúde do RN e que parte deste
42 dinheiro ficaria com o Governo Estadual para ser utilizado como quisesse. A
43 mesma relatou que existem as leis do SUS e que é preciso ser discutido na
44 CIB para que os municípios se beneficiem desses recursos. Em tempo,
45 acrescentou que existe um problema sério no que se diz respeito à falta de
46 prestadores de serviços para a realização de procedimentos de Alta
47 Complexidade Ambulatorial, destacando a situação das ressonâncias e
48 tomografias, uma vez que, hoje para cumprimento de determinação judicial se
49 estava pagando mais caro para realização dos exames, denotando uma
50 preocupação se após o mês de novembro os prestadores ainda iriam retornar
51 ao cumprimento dos valores da tabela SUS. Na ocasião **Terezinha Rêgo**
52 sugeriu que se desse um prazo até a última reunião da CIB para que se
53 encontrasse uma solução, com a referência à conclusão da PPI. **Neuman**
54 **Azevedo** solicitou que na reunião do Conselho Diretor do COSEMS agendada
55 para o próximo dia 14/10, além do Plano Operativo para utilização dos
56 recursos do PlanejaSUS, fossem também apresentados encaminhamentos
57 relacionados à conclusão da PPI. **Solane Costa** relatou sobre o ofício recebido
58 da **SMS de Parelhas** solicitando uma interferência do COSEMS no tocante à
59 transferência de prédio do Estado para o município. A mesma relatou que se
60 trata de uma questão que necessita de um procedimento administrativo entre
61 os entes envolvidos, sugerindo que o secretário acompanhasse o desenrolar
62 desse processo junto à SESAP, comprometendo-se através do COSEMS para
63 dar apoio ao município nessa solicitação. Na oportunidade o **SMS de**
64 **Parelhas** o **Sr. Tarcísio Costa** enfatizou novamente o motivo do pedido e da
65 importância da cessão desse prédio para o município no sentido de estar
66 viabilizando melhoria da estrutura assistencial para a SMS. Passando ao tema
67 de **Assuntos Extra-Pauta**, **Divaneide Ferreira** informou a respeito da
68 reunião da CIB enfatizando as dificuldades relativas, em primeiro lugar, ao
69 quantitativo limitado de reuniões com participação de representantes do
70 COSEMS, registrando apenas um encontro com a presença das titulares **Ana**
71 **Costa**, e **Ederlinda**. Em segundo lugar, o CEFOPE recebeu mais recursos

72 além daqueles prevista para custeio da Educação Permanente, referentes a
73 realização cursos de formação para servidores de nível médio. O pagamento
74 dos profissionais com vínculo ao SUS, vem sendo o ponto de discussão pela
75 área jurídica da SESAP, embora já exista um Termo de Referência assinado
76 pelo Governo Federal, fazendo recomendações quanto ao tema em questão.
77 Foi solicitado pelo CEFOPE o apoio do COSEMS na mediação desse assunto,
78 prevendo sua resolução. Dando continuidade, **Divaneide** falou da ocorrência
79 de duas reuniões com pauta específica sobre traumatologia-ortopedia entre a
80 SESAP e a SMS/Natal, nas quais, os prestadores daquela área reivindicaram
81 um reajuste de 18% (dezoito por cento) sobre a Tabela atualmente existente,
82 elaborada pelo município do Natal, que hoje é referência para o pagamento
83 dos prestadores dessa especialidade. **Divaneide** afirmou que o grupo assumiu
84 posição contrária ao aumento pleiteado. Dr. **Edmilson Albuquerque** –
85 **SMS/Natal** reforçou sua postura, informando também que os contratos
86 haviam sido vencidos, estando em negociação outras alternativas para a
87 demanda dessa área, como leitos em Parnamirim, onde o Hospital Sadi
88 Mendes absorveria os leitos de clínica médica do Hospital Dr. Deoclécio
89 Marques, estando esse último estabelecimento com maior resolutividade na
90 área ortopédica. Foram apresentadas outras alternativas, tais como, uma
91 absorção de uma maior demanda pelo Hospital de Currais Novos, além da
92 transferência dos profissionais médicos ortopedistas concursados de Natal
93 para atuarem em Parnamirim ou no Hospital Central Coronel Pedro Germano.
94 **Solane Costa** relatou a dificuldade apresentada pelos municípios na
95 requisição de procedimentos de alta complexidade que vem gerando longas
96 filas com problemas de agendamento, fato esse, reforçado pela Dr^a Socorro,
97 auditora do Município de São José de Mipibu, que ressaltou a falta do registro
98 da história clínica dos pacientes pelos médicos, representando um elemento
99 dificultador. Passando aos informes do dia, foi concedida a palavra ao Dr.
100 **Ricardo Lagreca**, Diretor Geral do HUOL, que fez uma explanação a
101 respeito dos serviços prestados à população, realizando uma retrospectiva
102 histórica do hospital desde sua fundação, efetuando também uma análise da
103 capacidade produtiva nos exercícios de 2005 a 2007, período em que houve
104 mudança no regime de contratualização dos estabelecimentos vinculados às
105 universidades, no qual o instrumento contratual adotado foi o Termo de
106 Compromisso entre Entes Públicos. Dando continuidade, **Suedo Queiroz**
107 informou sobre existência de pendências municipais quanto ao Plano de Ação
108 da Vigilância Sanitária – PDVISA. Informou ainda, que todos os projetos
109 arquitetônicos para construção, reforma e ampliação dos estabelecimentos
110 assistenciais de saúde – EAS (hospitais, clínicas, consultórios, etc.) necessitam
111 parecer prévio da SUVISA. Na oportunidade, **Terezinha Rêgo** relatou sobre

112 a Portaria GM/MS nº 1.861 de 04 de setembro de 2008, esclarecendo os
113 critérios para adesão dos municípios contemplados no Programa Saúde na
114 Escola – PSE, ficando de ser remetido um roteiro orientando os gestores
115 municipais. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta **Solane Maria**
116 **Costa**, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Natal 17
117 de setembro de 2008.

